

Prisão nada muda no STF

Paulo César Farias poderá chegar preso ao Brasil às vésperas do julgamento do mandado de segurança sobre a restituição dos direitos políticos do ex-presidente Fernando Collor, marcado para a próxima segunda-feira no Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros do STF acreditam, porém, que a prisão do tesoureiro de campanha do ex-presidente não prejudicará Collor no julgamento. O Supremo vai decidir se o Senado Federal poderia ter condenado, no ano passado, o ex-presidente a ficar inelegível por oito anos, mesmo após ele ter renunciado ao cargo.

Ex-líder de Collor, o senador Ney Maranhão não se entusiasma com a chegada de PC Farias às vésperas do julgamento. "Não sei se esse acontecimento prejudicará o julgamento, mas certamente não ajudará", comentava ele ontem.

Posições — "O que está em análise, porém, não é a ação penal referente à corrupção no Executivo", argumentou um ministro do Supremo. Segundo esse ministro, a maioria dos seus colegas já estudou o caso e definiu sua posição. "O fato de PC estar preso ou solto não interfere no julgamento sobre a puni-



Ney Maranhão: chegada de PC não ajuda julgamento de Collor

ção que os parlamentares deram a Collor no processo de impeachment", avaliou outro ministro.

A defesa do ex-presidente Fernando Collor entrou com mandado de segurança no STF por considerar que o Senado não tinha o direito de punir um presidente da República que renunciara a seu mandato antes do julgamento do impeachment. "A renúncia encerra o processo de impeachment", frisou o advogado de Collor, Fernando Neves. Ele lembrou que essa argumentação não é autoria da defesa do ex-presidente, mas do ministro do Supremo Paulo Brossard. De acordo com Fernando Neves, Brossard faz a mesma ponderação nos estudos que pu-

blicou sobre o processo de afastamento do presidente da República.

Na avaliação do advogado, a chegada de PC não interferirá na apreciação do mandado de segurança. "A questão é meramente jurídica", disse Neves. Para o advogado, o Supremo Tribunal Federal vai analisar o processo levando em conta apenas a legislação sobre impeachment. As acusações sobre o envolvimento de Collor com o esquema PC só vão ser julgadas quando for concluído o processo, em que o ex-presidente é réu por crime de corrupção passiva.

"Eles vão julgar o que está nos autos e não fora deles", emendou Neves.